

Acórdão nº 9.361/2015/Plenário-TCE/AC

NATUREZA DO FEITO: Processo nº 17.271.2013-10-TCE (C/ 02 Anexos)
ASSUNTO: Prestação de Contas da Prefeitura Municipal de Eitaciolândia, exercício de 2012
RESPONSÁVEL: Senhor José Ronaldo Pessoa Pereira
RELATOR: Conselheiro Valmir Gomes Ribeiro

Prestação de Contas. Irregularidade. Pagamento a servidor por serviços prestados. Pagamento pela defesa do Prefeito em processo de Prestação de Contas. Devolução de valores. Multa. Apurar situação da lotação de professores e funcionários do quadro efetivo que recebem pelo FUNDEB e dos empenhos emitidos em nome da Prefeitura para pagamentos de diaristas. Autuação de processo autônomo. Encaminhamento ao Conselho Regional de Contabilidade. Encaminhamento ao Ministério Público Estadual

Vistos, relatados e discutidos os autos do processo acima identificado, ACORDAM os Membros do Tribunal de Contas do Estado do Acre, **à unanimidade**, nos termos do **voto do Conselheiro-Relator: 1) condenar** o Senhor **José Ronaldo Pessoa Pereira**, Prefeito à época, à **devolução** aos cofres municipais, no **prazo de 30 (trinta) dias** da importância devidamente atualizada de **R\$ 25.952,37** (vinte e cinco mil, novecentos e cinquenta e dois reais e trinta e sete centavos), face as seguintes irregularidades: **a)** pagamento efetuado ao Senhor Welinton Pereira da Silva (servidor do quadro efetivo do Município de Eitaciolândia) no valor de R\$ 20.000,00 (vinte mil reais), por serviços prestados, descritos no item 11.2 (fl. 228); e **b)** pagamento efetuado ao Senhor Emanuel Messias França pela defesa do Senhor Prefeito em processo de Prestação de Contas, na importância de R\$ 5.952,37 (cinco mil, novecentos e cinquenta e dois reais e trinta e sete centavos); **2)** aplicar **multa** ao referido Gestor, prevista no art. 88, da LCE nº 38/93 combinado com o artigo 138, § 1º, da Resolução TCE nº 30/96, no valor de **R\$ 2.595,23** (dois mil, quinhentos e noventa e cinco reais e vinte e três centavos), correspondente a **10%** (dez por cento) sobre o valor a ser devolvido, a ser recolhido em favor do Tesouro Municipal, no **prazo de 30 (trinta) dias**, de tudo dando ciência a esta Corte; **3)** aplicar **multa** ao Gestor, prevista no art. 89, inciso II, da LCE nº 38/93 combinado com o art. 139, inciso II da Resolução TCE nº 30/96, na quantia de **R\$ 3.570,00** (três mil quinhentos e setenta reais), em face das irregularidades e falhas descritas nos relatórios técnicos e mencionadas no relatório (itens 20.1 a 20.13), a ser recolhida em favor do Tesouro Estadual, no **prazo de 30 (trinta) dias**; **4)** autuar **processo autônomo** para apurar a situação da lotação de professores e funcionários do quadro efetivo que recebem pelo FUNDEB, conforme item 8.2.1 do relatório preliminar (fl. 223); **5)** autuar **processo autônomo** para apurar a situação dos empenhos emitidos em nome da própria Prefeitura para pagamentos de diaristas, conforme menção feita no item 2.6 do

(Acórdão nº 9.361/2015/Plenário-TCE/AC – Fl. 02 de 02)

relatório (fl. 364), tendo em vista a possibilidade de ocorrência de dano ao erário; **6)** aplicar **multa** ao Contabilista, Senhor **Eberval Batista dos Santos**, prevista no art. 89, inciso II, da LCE nº 38/93, na importância de **R\$ 3.570,00** (três mil, quinhentos e setenta reais), em razão das inconsistências apontadas nos itens 4.10 e 4.11 do relatório (fl. 371); **7)** autorizar **cobrança judicial** da dívida, caso não atendida a notificação, nos termos do art. 58, inciso III, alínea 'b', da Lei Complementar Estadual nº 38/93; **8)** encaminhar **cópia** dos autos à **Augusta Câmara Municipal de Epitaciolândia**, para as providências legais; **9)** encaminhar ao **Conselho Regional de Contabilidade – CRC/AC**, **cópia** da decisão em relação ao profissional de contabilidade, Senhor Eberval Batista dos Santos, para as providências que entender necessárias; **10)** notificar o atual **Gestor** para conhecimento e correção das irregularidades e falhas apontadas pela área técnica; e **11)** encaminhar **cópia** dos autos ao **Ministério Público Estadual** para as providências que entender cabíveis. Após as formalidades de estilo, pelo **arquivamento** dos autos.

Sala das Sessões do Tribunal de Contas do Estado do Acre

Rio Branco – Acre, 26 de novembro de 2015

Conselheira **NALUH MARIA LIMA GOUVEIA**
Presidenta do TCE/AC

Conselheiro **VALMIR GOMES RIBEIRO**
Relator

Fui presente:

ANNA HELENA DE AZEVEDO LIMA
Procuradora-Chefe do MPE/TCE/AC